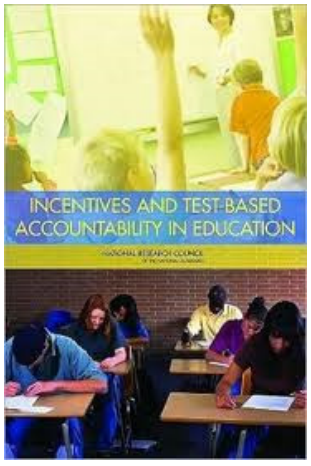
HOUT, Michael; ELLIOTT, Stuart W. (Eds.) *Incentives and Test-Based Accountability in Education*. Washington, DC: Committee on Incentives and Test-Based Accountability in Public Education. Board on Testing and Assessment, Division of Behavioral and Social Sciences and Education; The National Academies Press, 2011.[1]

Frederica Padilha *

Nota de leitura



Incentives and Test-Based Accountability in Education é um relatório produzido pelo National Research Council, um organismo criado em 1916 para desenvolver estudos acadêmicos nas áreas de ciência e tecnologia com a finalidade de subsidiar e orientar o governo federal norte-americano.

O relatório apresenta uma revisão de recentes estudos sobre motivação e incentivos a partir de testes padronizados no sistema educacional, que se expandiram expressivamente a partir da lei *No Child Left Behind* (2001). No entanto, o estudo não pretende ser uma crítica dessa lei e nem tampouco um conjunto de avaliações de programas, mas sim um recurso para orientar gestores públicos a formularem o futuro das políticas de *accountability* ou "responsabilização" em sistemas educacionais.

[1] Disponível em http://www.nap.edu/catalog.php?record_id=12521. Acesso em: 20 set. 2011.

Para isso, o relatório realiza uma revisão de estudos da teoria econômica e da psicologia (estudos comportamentais) que mostram que a correlação entre incentivos e comportamento é extremamente complexa e que, na formulação de um sistema de incentivos, a atenção a essa complexidade é essencial para o seu sucesso. Analisa, ainda diferentes tipos de testes padronizados, apontando seus limites e a importância do uso de uma combinação de diferentes medidas para o uso de incentivos.

A essa parte metodológica segue a análise de programas em diferentes contextos e que alcançaram distintos resultados. Apesar de os casos serem em sua maioria norte-americanos, há referências de experiências na Índia, Israel e no Quênia.

Em suas conclusões, o relatório aponta algumas direções para pesquisas e recomendações para futuras políticas. Em suma: (i) a experiência de programas de incentivos na educação ainda não mostra ganhos efetivos, o que não implicaria, porém, sob o ponto de vista dos autores do relatório, que esses programas devessem ser abandonados, mas sim que seria necessário desenvolver mais pesquisas sobre o tema; o desenvolvimento de programas não deve significar tampouco uma redução de investimento em outras áreas da educação; (ii) novos programas de incentivos deveriam procurar inovar e aprofundar seus pressupostos sobre a ação e a motivação humana que orientam suas políticas de incentivo, de modo a torná-las mais complexas; para isso, teorias econômicas e psicológicas podem fornecer subsídios; (iii) os incentivos devem considerar um aumento em toda a distribuição das notas, e não só a média dos alunos.

O relatório chama ainda a atenção para a importância de maiores investigações sobre possíveis efeitos de incentivos na continuidade do percurso educacional, na inserção dos alunos no mercado de trabalho e nas práticas educativas das pessoas envolvidas nos programas.